

# crises da economia brasileira

**A** primeira crise diremos que tem sido normal na expansão de qualquer economia, resultando de fatores naturais (secas, inundações, etc.) ou não (interrupções de meios de transportes, ação eventual de monopólios ou oligopólios, etc.), que se refletem episodicamente sobre preços, salários, oferta e demanda de produtos. As frustrações de safras agrícolas — seja qual for a sua origem — têm sido um dos aspectos dessa crise número 1, obviamente mais frequente nas estruturas capitalistas porque, sendo estas, por definição, "economias de mercado", elas se movimentam através de altos e baixos no tocante à ocupação de fatores produtivos, preços de tais fatores, oferta, demanda e preços das mercadorias em geral.

A segunda crise é a do subdesenvolvimento. Trata-se de crise profunda e arraigada à nossa economia, em seus diversos espaços. Costuma ser caracterizada, por muitos autores, como o somatório de aspectos como a baixa renda per capita, o grande volume de trabalhadores nas atividades agropecuárias, as altas taxas de natalidade e de mortalidade, o baixo índice tecnológico, os altos índices de desemprego e de subemprego, os salários baixos e outros. Isto é o bastante para caracterizar o subdesenvolvimento? Absolutamente não. Se assim fosse, os países altamente industrializados já teriam sido "subdesenvolvidos". E não o foram. Tais países foram, certamente, "atrasados". Mas não subdesenvolvidos. Porque o subdesenvolvimento é uma forma de atraso típica dos nossos dias, caracterizando-se depois da Revolução Industrial, das Grandes Guerras e da Grande Depressão, como uma forma de atraso persistente: há, com efeito, em tais estruturas, "modernizações" freqüentes mas que não se transmitem para a totalidade dos setores e regiões.

Na expansão do capitalismo internacional, "desenvolvimento" e "subdesenvolvimento" são duas faces de uma mesma moeda. Porque o enriquecimento de certas estruturas se tem feito a partir do empobrecimento de outras. Tal fenômeno se verifica, seja ao nível internacional seja ao nível interno. Não é por outra razão que o aspecto mais destacável da estrutura subdesenvolvida é a sua "dualidade básica" — para lembrar o notável Ignácio Rangel. Convém insistir em que, em nação subdesenvolvida como a nossa, uma parcela da população — mesmo em regiões internacionalmente consideradas das mais problemáticas, como o Nordeste — mantém uma forma de vida (consumo de bens, hábitos e bem-estar geral) que não se distingue absolutamente dos padrões mais sofisticados, conhecidos pelos estratos econômica mente mais fortes das nações mais desenvolvidas. Simultaneamente, porém, faixas imensas da população absorvem uma condição de vida de imensas restrições, algumas vezes chegando, como nas grandes cidades brasileiras, a níveis de miséria e de autêntica indignidade humana.

Os problemas resultantes desta crise número 2 são aqueles arraigados à estrutura econômica do país, aqueles problemas que como se eternizam, na sucessão de períodos subseqüentes. É o caso da nossa distribuição de renda que, em relação aos mais pobres, vem piorando de décênia em décênia. Assim, por exemplo, em 1960 a metade mais pobre da nossa população economicamente ativa detinha 17,4% da Renda Nacional, passando para 14,9% (em 1970) e para 12,6% (em 1980), enquanto — tomando os mesmos anos referidos — a parcela constituída pelos 5% mais ricos evoluiu de 28,3% para 34,1% e para 37,9%.

Numa estrutura assim, frágil e dependente, as crises provinham dos "países nucleares" agravam ainda mais suas resistências já debilitadas pelo subdesenvolvimento. É o que ocorre, de alguns anos para cá, com a advinência da terceira crise econômica, que alcança o sistema capitalista como um todo. Tal crise se expressa, mais claramente, através dos dois grandes "choques do petróleo" (1973 e 1979), exteriorizando-se também através de diversos sintomas nos diferentes países capitalistas, tais como pressões inflacionárias, alto endividamento público, desajustes



nos balanços de pagamento num quadro claramente de estagnação, etc.

Convém naturalmente esclarecer que esta crise de número três tem raízes mais profundas, havendo sido o súbito e exagerado aumento nos preços do petróleo meramente a sua gota d'água. O estudo dos "ciclos longos", realizado, nos anos 20, pelo russo Nicholas Kondratieff, já apontava para uma fase declinante da economia capitalista, a durar cerca de um quarto de século, depois de outro período semelhante, de grande crescimento. Tal fenômeno, que teria sido observado, sistematicamente nas economias maduras, a partir do final do século XVIII (Revolução Industrial Inglesa), segundo o referido analista, deveria repetir-se também no futuro. Curiosamente, o mundo capitalista conheceu, a partir dos anos de pós-guerra, até 1973, uma expansão incomum. Estaríamos, aí, começando a fase recessiva de um novo ciclo de Kondratieff? Independentemente da crença que dedicemos a tais projeções, a verdade é que o crescimento capitalista em períodos recentes, segundo Celso Furtado, como que "preparou" o terreno para a crise dos dias atuais, através da excessiva expansão, para o exterior, de economias nacionalmente maduras, especialmente através da transnacionalização de empresas, provocando então dificuldades internas de estabilização ou efeitos negativos sobre os respectivos balanços de pagamentos (exemplos principaismente dos Estados Unidos e da Europa Ocidental).

Com a precipitação da crise, mediante a majoração dos preços do petróleo, houve numerário excessivo, em países produtores, sem capacidade de utilizá-lo. A reciclagem se fez, então, através do sistema bancário, embora se havendo impresso a marca de empréstimos de curto prazo, particularmente especulativos. Enquanto os países mais adiantados enfrentaram a nova crise ampliando seu poder de exportação de mercadorias (ainda que à custa de pressões inflacionárias internas, restrição de gastos públicos, etc.) os países subdesenvolvidos (no caso brasileiro, em franco "Pique" do "milagre econômico") acolheram, avidamente, os petrodólares, para aplicações de longa maturação ou de duvidosa produtividade. Os resultados de tudo isso: um crescimento, sem precedentes, seja do sistema bancário internacional, seja do endividamento dos países do Terceiro Mundo.

Reflexos diretos, no Brasil, desta crise de número 3 são a sua gigantesca dívida externa — superando a casa dos 90 bilhões de dólares — a maior de todo o mundo; a elevação das taxas de juros internacionais; o alto endividamento interno do governo central — que chega, a esta altura, a cerca de cr\$ 45 trilhões; a ociosidade excessiva do nosso equipamento industrial (na fase do "milagre", 1967/1973, os investimentos na indústria de transformação, por exemplo, em relação ao seu valor gerado, apresentaram uma taxa média anual de 26,5% quando, no período de forte industrialização do Pós-Guerra (1955/62), a mesma taxa foi de apenas 17,4%). Também podemos aqui colocar a participação do sistema finan-

*O Brasil não vive uma crise econômica: atravessa, neste instante — isto sim — quatro crises econômicas, que se superpõem, de forma interligada.*

(cerca de 9,7 bilhões de dólares, em 1983) muito acima dos saldos sofridamente obtidos na balança comercial (cerca de 6,5 bilhões de dólares, em 1983 também).

Cada uma dessas crises tem formas de combate específicas. A primeira delas, por exemplo, ainda que obviamente impossível de eliminação, poderá ser contida através de uma série atividade planejadora: no particular, pode-se dizer que o Brasil regrediu, nos últimos anos. A crise 2 implica mobilização de várias gerações: o desmantelamento do subdesenvolvimento, antes da luta para sermos o sétimo maior PIB do mundo ocidental, exige uma quebra dos graves antagonismos estruturais, apontando, assim, para decisões no futuro que poderão, inclusive, desembocar num modelo socialista de vida. Por enquanto, será válida, por exemplo, toda medida redistribuidora da renda, como aquelas que aparecem como consequência de uma profunda reforma tributária, além, evidentemente, da imediata eliminação das medidas de achatamento salarial. A crise 3 não depende diretamente de nós, até porque, como países subdesenvolvidos, somos também uma economia internacionalmente "reflexa". Podemos apenas dizer que o Capitalismo, como um todo, sairá da crise atual — crise cíclica, não nos referimos neste ponto à crise estrutural do sistema — e, provavelmente, com significativas mudanças tecnológicas, como ocorreu em todas as crises semelhantes do passado. Convém também acrescentar que, ainda antes da saída de tal crise, para uma nova etapa de crescimento mais vigoroso ("em busca de um novo ciclo de Kondratieff" — diriam os partidários de tal teoria), as diferentes economias nacionais conhecerão altos e baixos (ciclos de curto prazo), de que é sintoma indiscutível o que se vem chamando, recentemente, de "recuperação" da economia norte-americana. A crise 4, enfim, pode ser de pronto eliminada (não significa dizer que solucionamos, assim, os problemas derivados das outras crises), simplesmente mudando-se a ênfase da nossa política econômica para que, de modo anticíclico, retomemos o crescimento econômico, a ampliação do nível de renda e de emprego e imponhamos uma moratória internacional, cujos prazos e pagamentos se ajustem a essa decisão primordial de crescer.

**JAIRO SIMÕES**  
Professor da Universidade Federal da Bahia